



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
126ª SESSÃO
(SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - COMISSÃO GERAL)

Em 29 de Maio de 2019

(Quarta-Feira)

Às 10 horas

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

COMISSÃO GERAL

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Declaro aberta a Comissão Geral que tratará do Sistema Penitenciário Brasileiro.

Sras. e Srs. Parlamentares, demais autoridades que se encontram presentes, senhoras e senhores que compõem a nossa Polícia Penal e demais presentes, neste momento transformo a sessão plenária em Comissão Geral, com a finalidade de debater o Sistema Penitenciário do Brasil.

Sobre a mesa acha-se à disposição das Sras. e dos Srs. Parlamentares folha de inscrição destinada a quem queira fazer uso da palavra.

O tempo reservado a cada um dos expositores seria de 5 minutos, mas, como o Presidente da República esteve aqui em uma sessão solene, o tempo acabou sendo suprimido em 30 minutos. Portanto, nós resumiremos a palavra a 3 minutos.

Em seguida, falarão os Srs. Líderes dos partidos pelo tempo de 5 minutos. Os demais Parlamentares falarão, a seguir, pelo tempo de 3 minutos, conforme a ordem de inscrição.

Nem todos ainda estão presentes, mas já vamos convidar para compor a Mesa os nomes aqui relacionados.

Peço às Assessorias da Casa e do meu gabinete que fiquem atentas quando os expositores chegarem. Está havendo certa demora na entrada do Anexo II, porque as pessoas estão sendo identificadas.

Este que fala aos senhores, Deputado Lincoln Portela, autor do requerimento, chama os seguintes expositores: Fernando Ferreira Anunciação, Presidente da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários — FENASPEN (*palmas*); Marcelo Celestino de Santana, Promotor de Justiça do Estado de Goiás — não sei se já está presente (*palmas*); Holídice Barros, Juiz Estadual, representante da Associação dos Magistrados do Maranhão — AMMA (*palmas*); Emanuel Queiroz Rangel, Coordenador do Núcleo de Defesa Criminal da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (*palmas*); General

Mário Lúcio Alves de Araújo, Secretário de Segurança Pública e de Administração Prisional do Estado de Minas Gerais (*palmas*); Flávio Werneck Meneguelli, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Federais — FENAPEF (*palmas*); Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil — AJUFE (*palmas*); Edvandar Felix de Paiva, Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal — ADPF (*Palmas*).

Peço à Coordenação da Casa e também aos nossos companheiros e companheiras que, ao chegarem pessoas que foram indicadas para a Mesa, dirijam-nas para cá, por favor, para remirmos o tempo.

Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, passo a ler pronunciamento que me foi encaminhado pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, nos seguintes termos:

"Sejam todos bem-vindos à Câmara dos Deputados, que sedia hoje uma Comissão Geral sobre o Sistema Penitenciário no Brasil, tema impreterível, que aflige não apenas aqueles que diretamente se encarregam dessa temática, mas também toda a população brasileira, porque todos somos afetados pelas disfunções da administração carcerária no País.

Falar do sistema penitenciário brasileiro é falar de uma desproporcional desordem. Afinal, temos a terceira maior população carcerária do mundo. Temos um sistema que cresceu 400% em 20 anos. São mais de 700 mil presos, e há um déficit de mais de 300 mil vagas. São mais de 700 mil pessoas amontoadas, abandonadas, tratadas pelo Estado brasileiro como se não fossem humanos.

Ao ignorar os dispositivos da Lei de Execução Penal, o Brasil afronta sua própria Constituição Federal e transforma a prisão em pena cruel. Falta espaço, falta estrutura, faltam oportunidades de estudo e de trabalho, faltam profissionais. Sobram doenças, sobra descaso e sobra violência, traços perenes do sistema prisional brasileiro, como bem foi demonstrado pelas duas CPIs que tivemos nesta Casa sobre o tema, em 2007 e 2015.

Esta Comissão Geral pretende debater, mais uma vez, um sistema penitenciário estigmatizante e acelerador de carreiras criminais. Um sistema que não apenas é incapaz de ressocializar, mas que sobretudo gera mais crime na sociedade e vê sua própria racionalidade comprometida. Esta Comissão Geral vai discutir um sistema carcerário que tem semeado mais dor e morte do que deveria, enquanto as causas materiais que estão na base da criminalidade são reiteradamente negligenciadas. Um sistema carcerário que rechaça diariamente os valores que pretende promover: que não previne a delinquência, que não dá exemplos, que é absolutamente incapaz de tornar qualquer pessoa melhor. Trata-se de um sistema que clama por urgentíssimas transformações.

É inevitável, portanto, ao debater o sistema penitenciário brasileiro, partir dessas premissas e pensá-lo para além da mera criação de vagas. A luta contra a criminalidade é tão importante quanto a luta por dignidade humana, em qualquer ambiente. O Estado, quando retirou a validade da vingança privada e se encarregou acertadamente do monopólio do sistema punitivo, não atribuiu a si o mesmo direito de infligir dor sem sentido.

Lançar, sem piedade, uma multidão de brasileiros em cárceres degradantes tem-nos enfraquecido como sociedade e debilitado toda a humanidade, e isso não pode seguir assim. Não se passaram sequer 2 anos e meio e assistimos a uma carnificina com mais de 50 vítimas na cidade de Manaus. A sociedade não pode mais admitir espetáculos grotescos e desumanos como aqueles dos quais a capital do Amazonas foi palco. Fazemos, portanto, votos sinceros de que os debates de hoje ajudem a diminuir esse abismo que o Brasil tem construído nas últimas décadas entre seu pomposo, porém vazio, discurso jurídico-penal e sua prática carcerária desastrosa.

Agradecemos a todos a presença e desejamos ótimos trabalhos.

Muito obrigado.

Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil." (*Palmas*.)

Chamaremos os oradores pela ordem de inscrição das Lideranças. A Casa é rigorosa no rito. Falarão as pessoas que as Lideranças indicaram.

Por ordem, indicado pela Liderança, tem a palavra o Sr. Arthur do Val, Deputado Estadual do DEM de São Paulo.

V.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. ARTHUR DO VAL - Bom dia a todos. Agradeço ao DEM a oportunidade de falar aqui. Acho que temos de expor nesta tribuna algumas das coisas que, entendo, são os piores obstáculos que temos para resolver o problema das penitenciárias no Brasil. Começa pelo discurso demagógico da esquerda, esse discurso do "*mais amor, menos arma e mais livros*" e "*para que investir em prisão, se temos que investir em escola?*", esse tipo de hipocrisia que ouvimos.

Trago alguns dados, rapidamente, porque só tenho 3 minutos.

Uma pesquisa básica mostra — você não precisa ser nenhum especialista para saber disto — que temos mais de 700 mil presos no Brasil, sendo que nós temos 400 mil vagas. Nós temos um déficit de aproximadamente 300 mil vagas em

presídios. Todos os Estados do Brasil operam com 70% ou mais da sua capacidade operacional. A população carcerária cresce mais de 8% ao ano. E ouço de Deputados — inclusive de alguns que estão presentes, como o Deputado Marcelo Freixo — que temos de fazer o desencarceramento.

Marcelo Freixo, inclusive, está me processando, querendo cercear a minha liberdade de expressão. Processou-me e ganhou, em primeira instância, 100 mil reais — não é, Marcelo Freixo? Olhe aqui para mim, Marcelo Freixo! Vamos ver se você tem coragem de me encarar! Na hora de ir lá falar de combater bandido, ao invés de ele pôr o pé no chão e falar o discurso real, não, quer combater criminalidade com lanterna!

Fico imaginando a ameaça que será para o traficante, quando chegar o Marcelo Freixo, com holofote, lá no morro. Imaginem o medo que os traficantes vão ficar do Marcelo Freixo!

E não só isso. Há ainda discursos demagógicos de deputadinhas como Maria do Rosário, que não aguenta um esbarrão de um colega dela da Casa aqui e vem defender estuprador, porque o estuprador, esse aí tem que soltar, mas, se um Deputado esbarrar nela, aí é uma agressão — "*Mas o que é isso?! Mas o que é isso?!*" —, não é mesmo, Maria do Rosário?

Perguntamos para essas pessoas qual é a solução, então, para acabarmos com esse déficit aqui, porque o que ocorre é o seguinte: você não pode pôr vagabundo para trabalhar. Você não pode pôr o preso para trabalhar porque ele tem de ficar na mordomia lá. Você não pode privatizar, você não pode fazer PPP. Você não pode reformar a Previdência, para termos mais dinheiro para construir mais presídios. Vai fazer o quê, então? Vai ficar soltando vagabundo?! É isso que vocês estão a fim de fazer, ficar soltando vagabundo?! Então, quando tem superlotação, quando você junta um ladrão de bala com um estuprador, vai acontecer o quê? É o estuprador que vai virar ladrão de bala? É lógico que não! É o ladrão de bala quem vai virar estuprador. Quando você põe um vagabundo em cima do outro na cadeia...

A culpa é desse discurso demagógico da esquerda. E eles estão tranquilos agora. Você vai perguntar para a Maria do Rosário se ela está preocupada, e ela está tranquila, porque o bandido de estimação dela, o vagabundo do Lula, está de boa, na cela dele. Ele está sozinho lá. Tem até escritorzinho para ele dar entrevista, enquanto nós estamos aqui. Enquanto quem tem filho assassinado está pagando imposto para sustentar o assassino do seu filho na cadeia, sabe o que está acontecendo? O Lula está lá, assistindo jogo do Corinthians e fazendo noivado.

Então, temos que construir mais cadeia! Vagabundo tem que ficar preso, sim! E Deputada que não aguenta nem um esbarrão...

(Desligamento automático do microfone.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Senhoras e senhores, eu quero também registrar a presença do Deputado Federal Gutemberg Reis, do Rio de Janeiro; de Helder Jacob, Presidente da Federação Nacional dos Agentes Federais de Execução Penal; e do Deputado Federal Capitão Augusto Wagner, do PROS do Ceará. Registro também a presença de Thorsten Ferraz, Diretor Adjunto do Departamento Penitenciário. E, representando a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, está presente o General Carbonell.

Senhoras e senhores, fiquem muito atentos agora: nenhum orador deverá citar nomes de Parlamentares. Se o orador citar o nome de um Parlamentar, este poderá pedir, regimentalmente, 1 minuto para fazer um contraponto.

A Deputada Maria do Rosário não está aqui, mas o Líder Freixo já está. Portanto, eu vou conceder a S.Exa. 1 minuto de resposta, conforme o tempo regimental.

Deputado Marcelo Freixo, por favor, suba à tribuna.

Peço aos senhores que não citem nenhum Parlamentar, senão nós teremos uma dificuldade muito grande com relação aos direitos de resposta. Muito obrigado.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - Obrigado, Sr. Presidente. Quero ser muito objetivo.

Nós não podemos nos igualar ao que é tão pequeno, porque este debate sobre o sistema carcerário é muito grande e muito importante. Ao contrário da fala que me antecedeu, quero dizer que sou radicalmente contrário à privatização do sistema penitenciário. *(Palmas.)*

Eu conheço o sistema penitenciário a fundo. O desconhecimento e a superficialidade de quem é movido pelo ódio, pela raiva e não tem conteúdo gera esse tipo de bobagem. As mortes que nós contabilizamos em Manaus são fruto da precariedade e da ausência de política penitência, da não valorização dos seus profissionais e da privatização. Privatização é morte! *(Palmas.)*

Então, nós temos que ter responsabilidade. Não adianta ampliar a população carcerária, prendendo miserável, prendendo pobre, porque nós não combatemos crime organizado sem investigação. E sobra para o agente penitenciário, sobra para o defensor público tratar da criminalização, da miséria e da pobreza.

Parabéns pelo evento de hoje! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Muito obrigado.

Registro também a presença do Deputado Capitão Alberto Neto, que está aqui ao meu lado e é um grande companheiro nosso. S.Exa. fez o lançamento, na semana passada, da Frente Parlamentar Mista do Desenvolvimento Estratégico do Sistema Penitenciário. Ele está aqui conosco, somando esforços. Fez o lançamento mais bonito que eu já vi de uma frente parlamentar até hoje, que foi muito bem concluído.

Parabéns! Graças a Deus! Obrigado, Deputado Capitão Alberto Neto!

Seguindo a lista de inscrições, o próximo orador é o Sr. Flávio Werneck Meneguelli, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Federais — FENAPEF, que dispõe de 3 minutos. (*Pausa.*)

S.Sa. está presente? (*Pausa.*)

Muito bem. O próximo orador é o Sr. Fernando Ferreira de Anunciação, Presidente da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários. S.Sa. tem até 3 minutos na tribuna. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO FERREIRA ANUNCIAÇÃO - Obrigado, Deputado Lincoln Portela e Presidente Rodrigo Maia, por abrirem este espaço tão importante para nós servidores penitenciários e para a segurança pública do Brasil.

Esta Comissão Geral, tenho certeza, se fazia necessária. E, como se fazia necessária — Deus é bom conosco, não é? —, aconteceram fatos que realmente justificam esta Comissão Geral e este trabalho dos Parlamentares hoje, para que nós possamos dar uma resposta aos problemas do sistema penitenciário, ao que está ocorrendo no sistema penitenciário brasileiro, em especial, no Estado do Amazonas, mais precisamente na cidade de Manaus.

Em Manaus, em 2017, 2 dias após aquela chacina, aquele massacre, aquela coisa esquisita que aconteceu no Estado do Amazonas, nós, como Federação, como entidade de classe, denunciemos tudo o que estava acontecendo, os crimes que estavam sendo perpetuados naquela privatização criminosa que existe no Estado do Amazonas. Nós denunciemos. Há processos criminais correndo no Ministério Público. Mas, por incrível que pareça, 1 ano e meio depois, ocorre tudo novamente.

E aí nós ouvimos das autoridades, ouvimos do Governo do Estado do Amazonas uma desculpa esfarrapada, vamos dizer assim — desculpem-me o palavreado —, uma desculpa que não convence. Aquilo ali é crime, aquilo ali é falcaturia, aquilo ali é algo que precisa ser combatido veementemente. Falo daquela privatização, daquele contrato milionário e fraudulento que existe com a empresa Umanizzare. Isso precisa ser combatido. E precisa ser combatido a partir de hoje, Deputado Lincoln Portela, a partir de hoje, senhoras e senhores, companheiros do sistema penitenciário.

Deputado Capitão Alberto Neto, tenho certeza de que V.Exa. irá combater aquela barbárie que está acontecendo lá. Ouvi as entrevistas das autoridades do Estado do Amazonas. Já é vergonhosa a desculpa que dão, porque não olham para o contrato. Aquela empresa não faz 50% do que prevê o contrato. Nós precisamos realmente discutir essa situação.

Em sistema penitenciário não se faz privatização. Nós não podemos vender o criminoso para a iniciativa privada, para ser explorado pela iniciativa privada. Isso é algo que não está dando certo nos Estados Unidos. Por que vamos fazer isso no Brasil? Então, nós temos que combater essa situação. Eu faço esse pedido a esta Casa, a este Parlamento. Tenho certeza de que 90% deste Parlamento irá combater esse crime de privatização do sistema penitenciário brasileiro.

Quero dizer aos senhores que a nossa Federação está combatendo veementemente esse tipo de situação. Estamos aqui com a nossa proposta de emenda à Constituição, que irá, sim, resolver o problema do sistema penitenciário. A solução para o sistema penitenciário passa pelo servidor penitenciário, que precisa urgentemente desse reconhecimento constitucional, para que nós possamos dar um choque de gestão no sistema penitenciário, para que nós possamos realmente nos fazer presentes no sistema penitenciário. O Estado brasileiro está ausente do sistema penitenciário brasileiro. A prova disso é o que aconteceu lá em Manaus e em outros Estados do Brasil...

(*Desligamento automático do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Peço que conclua.

O SR. FERNANDO FERREIRA ANUNCIAÇÃO - Nós temos certeza de que, se aprovarmos esta proposta de emenda à Constituição, dando esse reconhecimento constitucional para o servidor penitenciário, nós iremos, sim, dar um choque de qualidade, um choque de gestão no sistema penitenciário, e ele passará a ser realmente gerido pelo Estado de fato e de direito.

Administrar o sistema penitenciário é obrigação de Estado. Não podemos mais admitir políticas de Governo. Um Governador assumo o comando do Estado e monta um sistema penitenciário de acordo com a sua ideologia, com a sua vontade, com o seu desejo político, para pagar os seus compromissos políticos. Isso precisa acabar no sistema penitenciário brasileiro urgentemente.

Um abraço a todos e muito obrigado, mais uma vez, Sras. e Srs. Deputados, convidados aqui presentes, agentes penitenciários de norte a sul do Brasil que se deslocaram para estar aqui conosco neste exato momento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Registro a presença do Deputado Distrital Reginaldo Sardinha, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; de Carlos Alberto Nogueira, do SINDASP-MG — Sindicato dos Agentes de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais; de Paulo Fernando Melo, Secretário Adjunto, representando a Sra. Damares Alves, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; de Marcos Camargo, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais — APCF.

Concedo a palavra ao Sr. Richard Harrison Chagas dos Santos, Vereador de Joinville, Santa Catarina.

V.Exa. dispõe de até 3 minutos, os quais peço que sejam impreterivelmente observados, para que eu não tenha que tomar tempo de ninguém.

Seja muito bem-vindo!

O SR. RICHARD HARRISON - Saúdo o Presidente deste respeitoso trabalho, até porque nós temos realmente problemas bastante significativos em relação à questão prisional.

Quero me apresentar. Sou Sargento da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Fui administrador de uma unidade prisional no meu Estado, a Penitenciária Industrial de Joinville, que traz, no seu escopo de trabalho, índices extremamente importantes — e contra números não há argumentos.

Os resultados foram alcançados, num processo inovador de gestão compartilhada, entre o Estado e a iniciativa privada. A essência da atividade foi feita pelos agentes penitenciários, aos quais agora passo a saudar pelo excelente trabalho que fazem. São vocês a mola propulsora da mudança e da transformação daqueles que lá cumprem pena.

A penitenciária contava com um número de empresas trabalhando.

Portanto, Sr. Presidente, eu peço a atenção dos Srs. Deputados, porque não existe uma receita nacional para o sistema prisional. A receita é eminentemente local porque os presos e os sentenciados cometem os crimes nos Municípios. E os Municípios precisam de parcerias para ter condição de desenvolver algum tipo de trabalho, porque o Estado não faz absolutamente nada, não produz absolutamente nada.

A conexão com a comunidade empreendedora e com a comunidade educadora precisa ser reforçada. Os espaços de segregação podem ter uma dinâmica nacional, mas os espaços em que nós vamos desenvolver as atividades que podem aproximar esses indivíduos novamente da coletividade... O trabalho é a mola propulsora principal disso. Nossos índices de reincidência na Penitenciária Industrial estão à disposição, na Secretaria do meu Estado.

Na qualidade de Policial Militar, atuei 20 anos na contenção da criminalidade, e sei, de acordo com as vezes em que fiz a condução de criminosos às autoridades policiais, que há cerca 80% a 90% de reincidência na área criminal. Mas a Penitenciária Industrial de Joinville apresenta índices de 19% de reincidência.

Eu sugiro a esta Casa, Sr. Presidente, visitar aquela unidade prisional, visitar o Estado de Santa Catarina, porque a gênese da mudança do sistema prisional em Santa Catarina tem como referência o que aconteceu na Penitenciária Industrial de Joinville, com fatos extremamente importantes relacionados a trabalho, formação e qualificação. E isso não sou eu quem propõe. Isso está na Lei de Execuções Penais, na conclusão que fez o legislador, ao dizer que o sistema prisional deve conter o máximo de similitude com as coisas aqui de fora, ressalvada apenas a liberdade, que é o que nos diferencia dos presos.

Portanto, é importante que façamos não só a redução da criminalidade, além, claro, da ação principal da segregação e do castigo, mas também a aproximação do indivíduo preso novamente com as coisas da nossa sociedade, porque, do contrário, nós teremos tristeza e consumo significativo de recursos oriundos dos cofres públicos para lidar com a reincidência, que não para de crescer.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Senhoras e senhores, quero dizer que esta Comissão Geral está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil pela *TV Câmara*.

Há um pedido da Mesa e da assessoria da Câmara dos Deputados que aqui se encontra. Eu sei que este é um momento de confraternização também e que muitos acabam se relacionando, mas queremos pedir que, por favor, tomem assento para que possamos continuar a sessão com todos sendo ouvidos. A Mesa está pedindo isso e também a assessoria da Câmara Federal.

Se os senhores e as senhoras puderem se assentar depois daquela última foto que um policial penal está batendo ali seria muito bom. Deixem apenas os assessores naquele lugar.

Concedo a palavra ao Sr. José Roberto Neves, Diretor de Assuntos Previdenciários da AGEPEN Brasil. Ele se encontra presente? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Wilson Antônio Camilo Ribeiro, Diretor Financeiro da AGEPEN Brasil.

V.Sa. dispõe de 3 minutos. Quando a campainha soar, restará mais 1 minuto do seu tempo. *(Palmas.)*

O SR. WILSON ANTÔNIO CAMILO RIBEIRO - Em primeiro lugar, eu quero desejar um bom-dia a todos os presentes e cumprimentar o Deputado Lincoln Portela pela oportunidade dada aos agentes penitenciários de discutir este importante tema do sistema prisional. Cumprimento toda a Mesa, as demais instituições e a AGEPEN Brasil, responsável pela nossa presença aqui.

Este é um momento crítico no País, em que muito se debate sobre privatização. Nós vemos as discussões sendo realizadas no Congresso Nacional e nos Estados, na velocidade da luz, com grupos de Deputados e Governadores se organizando para chegar a um fim, a privatização do sistema penal.

Fala-se em construção de presídios e mais presídios, ficando ausente nesse debate a construção de escolas, o investimento em educação.

Um palestrante anterior disse que não se forma vagabundo, mas, quando não se formam cidadãos na escola, a tendência é que a falta de oportunidades leve as pessoas a delinquir futuramente.

Na questão da privatização, no início de 2017, nós vimos um desastre que causou espanto em todo o mundo. No Estado do Amazonas, foram mortos 57 seres humanos. E, diga-se de passagem, era uma empresa privada a responsável por aquele presídio. Em 2019, essa mesma empresa privada é responsável por mais 57 mortes de seres humanos encarcerados. E mesmo assim continua-se a falar em privatização.

No mesmo dia, houve uma rebelião no Estado do Espírito Santo que foi rapidamente controlada. A diferença é que, no Espírito Santo, o sistema é 100% público, 100% estatal, os profissionais são capacitados, são investidos no cargo e representam o Estado dentro do sistema penitenciário.

Fala-se em privatização do sistema, mas não se fala em investimento no servidor que trabalha na unidade prisional. A eles não é dada a devida garantia, nem sequer o reconhecimento constitucional previsto no art. 144 da Constituição. E não se dá andamento ao processo de reconhecimento desta categoria nesta Casa, embora já tenha sido aprovado no Senado, por unanimidade.

A PEC 372/17 precisa ser votada e aprovada, para que se dê reconhecimento constitucional aos agentes penitenciários do Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Obrigado.

Eu quero registrar a presença do Sr. Paulo Rogério, Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal — SINDPEN-DF; do Sr. Cláudio Fernandes, Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul — AMAPERGS; e ainda do Sr. Evandro Fucitalo, Diretor da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil — FENAGUARDAS.

Quero dizer que as Guardas Municipais estão aqui no Auditório Nereu Ramos também fazendo a sua marcha azul. Estão conosco nesta luta.

O próximo orador inscrito, por 3 minutos, é o Sr. José Cláudio Cabral Marques, Promotor de Justiça, representando o Ministério Público do Maranhão, e Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CABRAL MARQUES - Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite do Deputado Federal Eduardo Braide e cumprimentar o Dr. Holídice Barros, meu colega e Juiz de Direito no Estado do Maranhão, e também o nosso velho companheiro César Bombeiro, Agente Penitenciário do Estado do Maranhão.

A minha fala vai se resumir, dado o tempo, a enfrentar o discurso do superencarceramento. Muito se tem falado que nós prendemos em excesso. Eu trouxe alguns dados que são restritos ao Estado do Maranhão e mostram exatamente outra face da questão.

Para se ter uma ideia, na grande Ilha de São Luís, composta por quatro Municípios, em termos de crimes violentos não letais, houve, no ano de 2015, 41 mil casos; no ano de 2016, 42 mil; no ano de 2017, 37 mil; e, no ano de 2018, 34 mil. Em termos de crimes violentos letais, foram, em 2015, 1.016; em 2016, 856; e, em 2017, 630. Considerando 2015, 2016 e 2017, são 120 mil crimes violentos na Ilha de São Luís.

Isso repercutiu no sistema carcerário. Apenas 1.400 presos permaneceram no sistema carcerário. Em 2016, houve 858 prisões e, em 2017, 630 prisões. Isso significa dizer que, de todos os crimes cometidos, a repercussão no Estado do Maranhão foi de apenas 3,28% em 2015, de 2,82% em 2016 e de 2,54% em 2017. Em relação aos presos que estão em Pedrinhas ou em qualquer unidade prisional do Maranhão, os dados são: 36,99% de roubo; 33,39% de entorpecentes e 5,97% de furto.

A afirmativa que nós fizemos após a coleta desses dados foi no sentido de que não estamos prendendo muito, nós estamos prendendo mal. Precisamos de investigação, de mais informação e de mais integração.

É nesse sentido e com essas breves palavras que nós gostaríamos de colocar esse quadro geral tanto da grande São Luís quanto de todo o Estado do Maranhão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Muito obrigado.

Quero registrar a presença do Deputado Sanderson, do Rio Grande do Sul, defensor da PEC 372/17, bem como a do Deputado Hélio Costa, de Santa Catarina, do Deputado Nelson Pellegrino, do PT da Bahia, e do Deputado Subtenente Gonzaga, de Minas Gerais.

À medida que os Parlamentares forem surgindo, vou citando os nomes.

Registro a presença do Sr. Rubens Bueno, Diretor da FENAGUARDAS.

O próximo orador inscrito é o Sr. Holídice Barros, Juiz Estadual e Representante da Associação dos Magistrados do Maranhão.

V.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. HOLÍDICE BARROS - Bom dia a todos. Bom dia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Eu gostaria inicialmente de agradecer o convite gentil do Deputado Eduardo Braide, que nos deu a oportunidade de tratar de um tema da mais alta magnitude, que é a crise no sistema carcerário.

Eu falo do ponto de vista do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. O Poder Judiciário, diante dessa situação, se coloca na linha de frente para esse enfrentamento e tem bastantes sugestões para o tema.

No ano de 2013, no Estado do Maranhão, nós enfrentamos uma das nossas maiores tragédias penitenciárias. Em 2013, a penitenciária de Pedrinhas sofreu uma rebelião. Ao longo daquele ano, Pedrinhas teve mais de 42 mortos, um fato muito parecido com o que aconteceu recentemente no Estado do Amazonas.

Aquela situação era esperada, porque as Varas de Execução Penal de São Luís do Maranhão já previam que nós tínhamos todos os ingredientes para que aquele descontrole, aquela rebelião acontecesse. Faltou vontade política para fazer alguma coisa. Então, a negligência do poder público constituído foi o que causou a rebelião de Pedrinhas e gerou aquelas mortes todas.

Seis anos depois, de 2013 para cá, o quadro é outro. Ainda temos muito a melhorar, mas, se não há uma fórmula mágica e pronta para resolver o problema, existem evidências empíricas, existem comprovações de que determinados elementos são suficientes e capazes de resolver ou pelo menos minorar o problema do encarceramento e da superpopulação nos presídios. Entre eles, cito a ampliação de vagas, a criação de estabelecimentos penais adequados, a individualização adequada da pena — não podemos colocar para cumprir pena juntos presos que cometem crimes mais graves e presos que cometem crimes menos graves.

Como disse o palestrante que me antecedeu, o expositor Dr. Cabral, o problema não reside nessa discussão falsa sobre prender muito ou prender pouco. A grande questão é prender com eficiência. Nós temos que fazer a separação daqueles delinquentes que cometem crimes graves, daqueles que cometem crimes de médio potencial ofensivo e dos que cometem crimes de menor potencial ofensivo. Para aqueles de menor potencial ofensivo, nós temos soluções na legislação para reprimir, nós temos medidas alternativas. Para aqueles que cometem crimes de médio potencial ofensivo, a lei também

prevê soluções menos dramáticas. E, obviamente, aqueles que cometem crimes mais graves deverão cumprir uma penalidade mais rigorosa. Não há dúvidas disso.

Então, o segredo, efetivamente, é que nós possamos cumprir a Lei de Execução Penal e nós possamos investir em...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Peço que conclua.

O SR. HOLÍDICE BARROS - Queria também ressaltar a importância das audiências de custódia no Estado do Maranhão e em todo o País.

As audiências de custódia são muito criticadas, porque se criou a falsa ideia de que essas audiências servem para soltar ou servem para a impunidade, o que não é verdade. Basta dizer que, por exemplo, no ano de 2018, no Maranhão, de todas as pessoas que cometeram crimes, foram presas em flagrante e foram para as audiências de custódia, apenas 30% tiveram direito a uma liberdade provisória — 70% tiveram a prisão preventiva decretada. Mas o que se percebe é que talvez se faça um uso pouco eficiente da audiência de custódia. Numa audiência de custódia, com todos os elementos que o juiz e o promotor possuem, nós poderíamos já ter um procedimento mais célere, um procedimento sumaríssimo, a fim de dar a resposta penal para a sociedade naquele momento.

Muito obrigado.

São essas as contribuições que eu gostaria de fazer a partir do ponto de vista do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Muito obrigado, doutor.

Registro a presença do Sr. José Roberto, representante dos agentes penitenciários do Piauí; do Sr. Coronel Lázaro, de Minas Gerais, que faz parte da Mesa; e dos Deputados Marcelo Calero, do Cidadania do Rio de Janeiro; Fábio Henrique, do PDT de Sergipe; Paulo Ramos, do PDT do Rio de Janeiro; Weliton Prado, do PROS de Minas Gerais; Ricardo Izar, de São Paulo.

A próxima oradora é a Sra. Dandara Tinoco, assessora de comunicação e pesquisa do Instituto Igarapé, indicada pelo Cidadania.

V.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DANDARA TINOCO - Bom dia.

Agradeço, primeiro, o convite para participar deste debate tão importante.

Como já foi falado aqui, hoje há mais de 700 mil presos no Brasil. Nós somos o terceiro maior encarcerador do mundo. Infelizmente, não conseguimos cumprir os objetivos da nossa Lei de Execução Penal, que seriam tanto efetivar a sentença quanto dar condição de inserção a essas pessoas que estiveram presas.

Há uma série de temas que podem ser falados como alternativas para esse cenário. Eu vou falar especificamente de alguns mecanismos de quebra de ciclo de violência que o Instituto Igarapé tem pesquisado. Estamos falando, no caso, do trabalho e da qualificação profissional de presos.

Hoje, de acordo com os últimos dados disponíveis, de junho de 2016, só 15% das pessoas presas trabalham e 12% estudam. Pensar em atividades que preparem as pessoas presas para a vida em liberdade é fundamental. Estamos falando de ganhos não só para as trajetórias individuais dessas pessoas, mas também para toda a sociedade, uma vez que estamos falando de alternativas a um novo cometimento de crimes. Passamos os últimos meses viajando por alguns Estados, conhecendo várias iniciativas, algo que poderia ser observado por uma comitiva de Deputados. Eles poderiam conhecer estas iniciativas para entenderem o que está funcionando e o que não está funcionando.

Neste sentido, algumas práticas que podem ser visibilizadas, mais bem regulamentadas e multiplicadas são, por exemplo, a questão dos fundos rotativos, que pensam numa melhor gestão dos recursos obtidos via trabalho, e a forma como os recursos são implementados; melhor seleção e captação das empresas que operam dentro do sistema prisional; a questão das cooperativas, que vêm sendo criadas no sistema penitenciário, como forma de fomentar o trabalho autônomo; e o reconhecimento legal de negócios sociais e o estímulo para a criação desses negócios.

Sabemos que enfrentar estes desafios, que são muitos, é bastante difícil. Mas podemos olhar para o que já está funcionando nos Estados e tentar diversificar, aprimorar e fortalecer o trabalho e a qualificação profissional hoje oferecida. Assim, vamos tentar alterar as trajetórias, bem como a que estamos percorrendo como um todo no nosso País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Muito obrigado, Dandara.

Cito, ainda, a Sra. Diana Moreira, agente prisional e Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários de Goiás — SINSEP/Goiás; a Sra. Marcia Silva, agente penitenciária e Vice-Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária e Servidores no Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco — SINDASP/Pernambuco; a Sra. Maryland Lima Cardoso, agente penitenciária e Presidente da Associação dos Servidores do Sistema Penitenciário do Distrito Federal — ASSPEN/DF; e o Sr. César Bombeiro, Vereador e agente penitenciário em São Luís, Maranhão.

Tem a palavra o Sr. Emanuel Queiroz Rangel, Coordenador do Núcleo de Defesa Criminal da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. S.Sa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. EMANUEL QUEIROZ RANGEL - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores presentes, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, uma instituição de promoção e defesa dos direitos humanos, com o intuito de contribuir para o debate que envolve o sistema penitenciário brasileiro, vem apresentar suas considerações sobre esta temática de alta complexidade.

O senso comum de que o aprisionamento massivo reduz a criminalidade não tem nenhuma comprovação científica. Ao revés, a ciência demonstra que não há relação entre encarceramento e diminuição da criminalidade, como apontaram os estudos apresentados em Salvador, em 2010, durante o 12º Congresso da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal.

Tanto é assim que o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, da ONU, identificou o problema do desmedido encarceramento mundial, tratando a questão como epidemia, editando o Manual de Estratégias para Redução da Superlotação Carcerária, documento que congrega os conhecimentos atualizados sobre o assunto, cientificamente embasados, apresentando medidas de curto, médio e longo prazo para a diminuição da população carcerária mundial.

A primeira medida a ser tomada consiste na análise dos dados penitenciários, os quais devem ser transparentes, públicos e acessíveis a todos os cidadãos.

Os dados referentes ao Estado do Rio de Janeiro apontam exatamente no sentido da pesquisa. Em 2003, tínhamos no Rio de Janeiro 24 mil pessoas privadas de liberdade. Passados 10 anos, em dezembro de 2013, saltamos para 33 mil pessoas privadas de liberdade. De dezembro de 2013 a dezembro de 2016, saímos de 33 mil pessoas para 51 mil pessoas. Crescemos, em 3 anos, o dobro do que havíamos crescido na década anterior.

Atualmente temos 53.106 pessoas enjauladas no Estado do Rio de Janeiro. No período de avanço exponencial do número de presos, a sensação de insegurança da população se agravou. Mais prisão não melhorou em nada a questão da segurança pública, e há custos com este número de presos hoje. No que respeita ao número de vagas, o Rio de Janeiro necessita de 24 mil vagas. Segundo o CNJ, cada nova vaga custa 50 mil reais. Portanto, nós precisamos de investimentos de 1,2 bilhão de reais para superar o número de vagas que faltam, e este é um custo baixo, porque alto é o custo com a manutenção das cadeias. Não querem fazer o custeio com uma carreira constituída de agentes penitenciários: querem fazer com uma privatização que não se sabe como se dará neste modelo.

Segundo o Portal da Transparência do Estado do Rio de Janeiro, já foram gastos neste ano 2,1 bilhões de reais com saúde; 2,1 bilhões de reais com educação; e 3,6 bilhões com segurança pública. Daqui a pouco, vai se gastar mais com a segurança pública do que com a saúde e a educação. Aonde vamos chegar, senhores?

É necessário consenso entre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo — este consenso é possível. Já existe um projeto do CNJ em andamento, chamado Justiça Presente, que tem linhas básicas para tentar debelar o problema brasileiro do superencarceramento, que não nos levará a lugar nenhum.

Já é passada a hora, Sr. Presidente, de combatermos a ideia vã de que a prisão, por si só, inibe a violência urbana. Dilapidaremos o orçamento e não conferiremos segurança aos nossos concidadãos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Obrigado.

Como o Deputado Nelson Pellegrino, que falará pela Liderança do PT, tem uma audiência com a Ministra Cármen Lúcia, precisará se ausentar. Quando retornar, o Deputado, por certo, falará pela Liderança do PT. Muito obrigado, grande defensor dos agentes penitenciários. (*Palmas.*)

Tem a palavra o Deputado Paulo Ramos, Deputado Federal pelo PDT.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) - Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos, especialmente os inspetores penitenciários, dizendo, de início, que sou radicalmente contra a privatização do sistema previdenciário. (*Palmas.*)

Eles privatizam, e nós sabemos como as privatizações acontecem, sabemos quais são os conluios para se escolher quem vai administrar: oferecem condições superiores, transformam o presídio num hotel de luxo, até humilhando o sistema público

prisional. Eu imagino o sentimento dos inspetores penitenciários quando veem aquelas belíssimas cadeias: gostariam também de ter a mesma infraestrutura, mas não têm, pois são tratados com desprezo.

Sobre o Rio de Janeiro, o Dr. Emanuel acabou de dar os números: 53 mil presos, quase 25 mil presos provisórios, acusados da prática de crime que prevê pena alternativa, presos há mais tempo que a pena máxima prevista para o crime e presos que permanecem presos; quando condenados, a condenação é por um tempo menor que o tempo em que já ficaram presos. Falam na Constituição, falam no trânsito em julgado da sentença condenatória. São presos que não receberam uma condenação que fosse. O juiz das execuções penais, quando vai aos presídios, vai com o chicote na mão. O Judiciário é lento, não cumpre com suas tarefas e descumpra a Constituição.

Este tema, Sr. Presidente, é muito relevante, e o tempo para tratarmos dele aqui hoje é muito curto. Precisamos fazer um debate mais aprofundado.

Eu concluo, Sr. Presidente. Eu sei por que os inspetores penitenciários reivindicam a criação da polícia penal. Eu compreendo o porquê. É para que a eles seja deferida uma autoridade maior, a fim de que possam ser respeitados. Trata-se de uma ação preventiva. Eles não querem o título de policiais por quererem ser repressores. Ao contrário, a convivência dentro do sistema exige que eles sejam investidos de mais autoridade, para que possam manter a disciplina e cumprir a Lei das Execuções Penais.

Parabéns! Salve a Polícia Penal! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Muito bem.

Registro, ainda, a presença dos Deputados Federais Bohn Gass, Carlos Zarattini, Erika Kokay, do PT, e Coronel Armando, do PSL.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA) - Estou aqui também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Meu Isidório, da Bahia, V.Exa. foi citado.

É um prazer Coronel Isidório. Coronel, nem Sargento: já está promovido.

Concedo a palavra ao General Mario Lucio Alves de Araujo, Secretário de Segurança Pública e de Administração Prisional no Estado de Minas Gerais. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. MARIO LUCIO ALVES DE ARAUJO - Deputado Lincoln Portela, Deputado Subtenente Gonzaga, agradeço o convite formulado a Minas Gerais. Estou aqui para representar o Estado e trazer uma mensagem sobre um tema tão caro para todos nós.

Eu vou separar duas mensagens, em função do tempo.

A primeira delas é que não existe segurança pública sem se considerar o sistema prisional brasileiro. Passa pelo sistema prisional todo o conceito de segurança pública. Nossa sociedade tende a ficar de costas para este assunto de extrema relevância: quer segurança pública, mas não está dando a devida atenção ao sistema prisional. Não existem frases de efeito. Não existem soluções mágicas.

Portanto, nós só vamos melhorar o sistema prisional com muito trabalho, muita luz e atenção a este segmento, que cuida de cerca de 700 mil presos no nosso sistema.

Gostaria de falar de outro assunto: refiro-me diretamente ao plano de carreira desses profissionais. Nós não vamos gerar capacidade no sistema prisional sem o plano de carreira para os profissionais que cuidam da população carcerária. Temos que cuidar de quem cuida dos nossos presos. (*Palmas.*)

A população carcerária vai voltar para o convívio da sociedade. De acordo com nossa lei, não existe pena de morte nem prisão perpétua. Espero que voltem muito melhores do que entraram.

Por isso, temos que gerar as capacidades, com um plano de carreira adequado, para que esses profissionais possam exercer seu papel na plenitude.

Eu estou à disposição em Minas Gerais, para trabalhar pela construção destas soluções.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Muito obrigado, General, nosso bom mineiro.

Concedo a palavra ao Sr. Antonio Cesar de Jesus Dórea, Agente Penitenciário da Secretaria de Estado e Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, que falará pelo PSL. S.Sa. dispõe de até 3 minutos. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO CESAR DE JESUS DÓREA - Companheiros, Srs. Parlamentares, bom dia!

Meu nome é Dórea. Eu venho do Rio de Janeiro. Quero agradecer ao Deputado Federal Sargento Gurgel pela possibilidade de eu estar aqui hoje neste púlpito.

Senhores, podemos afirmar que a persecução penal se dá em três fases, todos nós sabemos: a Polícia Militar, com seu poder ostensivo; a Polícia Civil, com seu poder investigativo; e o terceiro elemento, que somos nós, os agentes penitenciários.

Quando falamos neste terceiro elemento, poucos conhecem nossa função. Perguntam quem são, quem somos nós. Eu tenho como hábito ilustrar esta passagem. Quando passamos na frente de um batalhão da Polícia Militar, imediatamente identificamos que ali existem policiais militares. Quando passamos na frente de uma delegacia de polícia, imediatamente identificamos policiais civis. Mas, ao passarmos na frente de muros altos e intransponíveis, vem à nossa memória que ali existem presos.

Não, senhores! Ali existimos nós, os servidores do sistema penal, aqueles que fazem com que possamos cumprir o acautelamento. Nós, os agentes penitenciários, que não temos o devido valor dado pela Constituição, estamos hoje aqui pedindo a esta Casa que reconheça o sistema penal.

Não há que se falar em privatização. Há pouco tempo, estivemos em Ribeirão das Neves, onde fomos averiguar a tão decantada privatização dita pelo Governador de São Paulo, João Doria. Os depoimentos que lá ouvimos são os piores possíveis.

Eu gostaria que o Sr. João Doria entendesse que a população carcerária de São Paulo é a maior do Brasil. Espero que ele tenha cuidado quando fala em privatização, que ele tenha a memória do que aconteceu agora, recentemente, no Amazonas, em Pedrinhas, e no Rio Grande do Norte, em Alcaçuz.

Pedimos a esta Casa que entenda nosso pleito, servidores do sistema penal, que há anos percorremos estes corredores em busca do nosso reconhecimento.

Há pouco, um Deputado disse que nós ainda não estamos maduros para pleitearmos a criação da Polícia Penal. Senhores, quando eu entrei nesta Casa, eu era um jovem. Hoje eu sou um ancião. Colegas perderam os cabelos e tantos outros perderam a vida fazendo esta travessia, entre eles nosso companheiro Daniel Grandolfo, o Cebolinha, e tantos outros.

Portanto, espero que o Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, entenda nosso pleito e finalmente coloque nossa PEC em votação. Nós temos aqui as assinaturas de mais de 15 Líderes de partidos, os quais são solidários à nossa causa, cujos gabinetes percorremos.

Eu gostaria de finalizar a minha fala com o nosso grito de guerra: Polícia Penal já! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Encontram-se presentes o Deputado Márcio Alvino, do PL de São Paulo; o Deputado Dagoberto Nogueira, do PDT de Mato Grosso do Sul; e a Deputada Flávia Arruda, do PL do Distrito Federal, também uma guerreira junto com os outros Parlamentares.

Lembro que esta Comissão Geral está sendo transmitida pela *TV Câmara* para o todo Brasil.

Dando prosseguimento à lista de inscritos, o próximo orador é o Sr. André Luiz Garcia Santiago, Diretor da Federação Nacional dos Servidores Penitenciários — FENASPEN e Presidente do Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária, do Mato Grosso do Sul. (*Pausa.*)

O Sr. André está ausente.

Concedo a palavra à próxima oradora, a Sra. Maíra Fernandes, advogada criminal, Coordenadora do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais — IBCCRIM, no Rio de Janeiro, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas — ABRACRIM e Diretora do Instituto dos Advogados Brasileiros — IAB.

V.Sa. dispõe de 3 minutos.

A SRA. MAÍRA FERNANDES - Muito obrigada e bom dia a todas e todos.

O que tratamos aqui, hoje, não é novo. Há 40 anos, esta mesma Casa Legislativa, em uma CPI, reconheceu que o sistema penitenciário brasileiro era uma sementeira da reincidência, e é isso mesmo. O sistema penitenciário é uma forma cara de tornar as pessoas, especialmente os nossos jovens negros e pobres, em pessoas piores. Muitas pessoas que entram primárias, no sistema penitenciário, saem de lá criminalizadas, muitas vezes até com dívidas a pagar, com recomendações de grandes organizações criminosas. Isso porque se coloca, na mesma cela, um jovem primário com um grande traficante. É óbvio que esse sistema não funciona e precisa ser repensado.

Quando digo que é uma forma cara, quero dizer que é uma forma cara em qualquer sistema que exista hoje no Brasil. Por exemplo, em Manaus, onde aconteceu esse massacre horrível e que muito nos envergonha, um preso custa 4,7 mil reais por mês. É muito dinheiro. É preciso realmente repensar, inclusive, esses modelos de privatização que seguem a lógica de lucro por preso. Senão, fica a mesma lógica de um hotel: uma cela vazia é um prejuízo irreversível para a empresa que

gere aquele sistema. É preciso parar para refletir que essas propostas vão sempre criar mais vagas: cria-se a vaga, cria-se o preso. Um preso hoje, no País, no modelo não privatizado, custa 2,4 mil reais, metade daquele do exemplo de Manaus. E um estudante de ensino médio custa 2,2 mil reais ao ano, o que nos mostra que nós estamos investindo muito mal nisso. É preciso repensar esse encarceramento em massa, a partir da implementação de centrais de alternativas penais. E essas centrais alternativas penais vão dar, inclusive, suporte para os juízes aplicarem medidas alternativas a prisões. Hoje, nós temos leis que garantem isso, mas não temos isso como prática judiciária.

Nós precisamos também — Sr. Presidente, deixe-me tentar concluir duas coisas — aprovar um projeto de lei, em tramitação nesta Casa, que é uma proposta do IBCCRIM, o que muito me orgulha. Segundo a proposta, todo projeto que aumente penas e trate sobre encarceramento deve trazer também a previsão orçamentária. Hoje o projeto de lei anticrime não traz essa previsão: vai aumentar o encarceramento, e nós não sabemos quanto isso vai custar para os Estados. É preciso que todos os projetos tragam isso como justificativa.

É preciso também implementar, de verdade, as audiências de custódia. O juiz precisa ter contato com o preso, tem que ter contato com a mulher grávida que está ali na frente dele, porque, quando ela for presa, a família vai se desfazer. Quando o homem é preso, a mulher mantém a família do lado de fora; mas, quando a mulher é presa, a família se desfaz. Isso traz um impacto gigantesco não só na vida dessa mulher, mas também na vida dessas crianças.

Para concluir, Sr. Presidente, eu digo apenas que, se matar e prender fosse uma política eficiente de segurança, nós seríamos um país muito seguro. Infelizmente, isso não é verdade. As prisões aumentaram, mas a violência também.

Muito obrigada pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Muito obrigado.

Também registro a presença dos Deputados Federais Mauro Nazif, do PSB de Roraima, e Professor Joziel, do PSL do Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao próximo orador, o Sr. Bruno Renato Teixeira, Perito do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura — MNPCT.

O SR. BRUNO RENATO TEIXEIRA - Bom dia à Mesa. Bom dia a todos os presentes.

Parte dos senhores e das senhoras conhece a nossa atuação, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, nos Estados. O Brasil se comprometeu, em tratados internacionais, a estruturar mecanismos que possam fiscalizar unidades de privação de liberdade de modo geral no País. No diagnóstico de nossa intervenção, temos constatado que a política de privação de liberdade, em especial a política criminal e penitenciária, coloca-se de forma a prejudicar a intervenção dos servidores que lá estão. A negligência do Estado e, principalmente, o fomento de uma política voltada para a atenção à categoria, na maioria das vezes, impactam diretamente no tratamento penal.

Então, é nesse sentido que o diagnóstico do mecanismo aponta para orçamentos incapazes de garantir a plena execução da lei penal. Hoje, Estados garantem menos de 1% do seu orçamento para a política penitenciária. Isso compromete substancialmente a atuação do servidor na ponta. Se não há saúde para o preso, também não há saúde para o agente penitenciário. Hoje o agente penitenciário está adoecendo nas unidades, em conjunto com aquele que deve custodiar, em virtude da ausência de uma política pública voltada para a saúde tanto do preso quanto do servidor. A insegurança que o preso sente quando do seu deslocamento, é a mesma no momento da transferência, no momento da custódia, em razão de falta de estrutura, seja ela operacional, seja ela material, para o atendimento digno e de acordo com a Lei de Execução Penal.

Então, é esse o alerta que o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, por meio de seus relatórios, vem declarando. E nos posicionamos firmemente contra qualquer iniciativa que vise à privatização dos serviços penais no Brasil. (*Palmas.*)

É dever do Estado garantir não só a custódia de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também, fundamentalmente, a cidadania e a dignidade da pessoa humana custodiada, bem como de todos os servidores que fazem parte do sistema.

Então, nesse curto espaço de tempo, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura vem trazer essa mensagem e dizer que ou há uma política efetiva de controle da ação da intervenção do Estado e garantia de fomento e capacitação permanente dos agentes, ou nós vamos continuar denunciando e replicando os cenários de barbárie, como os que nós estamos vivenciando novamente no Estado do Amazonas.

É cíclico o processo. Se não houver profundas alterações, como a minha colega antecipou, estaremos aqui novamente discutindo outros e mais outros cenários de barbárie.

Para que esse basta seja dado, há necessidade sim, além do compromisso assumido com as categorias de serviços penais, dar responsabilidade ao Poder Judiciário, que, numa política equivocada, prende mais e prende mal neste País, repercutindo diretamente no serviço dos senhores e das senhoras.

Nesse sentido, nós nos colocamos aqui em total apoio à luta da categoria pela não privatização, pela garantia dos direitos efetivos, enquanto servidores públicos, e por um plano de carreira digno, ao contrário de ocorre em alguns Estados, onde os agentes penitenciários ainda são colocados de forma temporária, com planos de saúde e todos os direitos e garantias prejudicados.

Sr. Presidente, nós agradecemos o convite. Agradecemos também a participação de todos vocês aqui nesta luta.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Obrigado.

Eu quero também citar aqui que nós temos 1.500 remanescentes, se não me engano, de São Paulo, que estão passando por um sofrimento muito grande, e há Parlamentares aqui lutando com eles. Inclusive, a doutora me lembrou disso.

O próximo orador inscrito é o Sr. Wesley Barreto Barros, Secretário-Geral da Associação Nacional dos Agentes Penitenciários do Brasil — AGEPEN, representando o PT, que falará por 3 minutos.

O SR. WESLEY BARRETO BARROS - Bom dia, nobres colegas agentes penitenciários.

Quero agradecer ao Deputado Lincoln Portela pela iniciativa desta Comissão Geral e também à Liderança do PT pela indicação do nosso nome.

Muitas pessoas já falaram o que precisava ser falado, e eu quero simplesmente reprisar um ponto: a Polícia Penal.

Sras. e Srs. Deputados, não dá mais para ficarmos vindo aqui, arriscando as nossas vidas. Alguns colegas vieram de ônibus, de São Paulo e de vários Estados, para militar a favor desta causa, que não é mais uma causa dos agentes penitenciários, é uma causa da segurança pública e, por consequência, é uma causa do nosso País.

Recentemente no Ceará, uma situação da segurança pública começou a se resolver a partir da reorganização do sistema penitenciário.

Em outros Estados, nós estamos vendo massacres em presídios privados, como os que aconteceram em Pedrinhas, no COMPAJAF e, agora, no Amazonas. Não dá mais para ficarmos negligenciando esta pauta que é tão importante para os agentes do Brasil, para a segurança pública do nosso País e para a sociedade.

Quero dizer mais: nós estamos sabendo que há a notícia de que a nossa PEC não está madura. Nós temos 20 anos de militância nesta Casa. O Presidente da FENASPEN — Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários, o Sr. Fernando Anunciação, já tem mais anos de militância do que eu tenho de idade. Não é possível que não consigamos aprovar a PEC da Polícia Penal.

Eu quero convidar todas as entidades sindicais, federações, associações e sindicatos presentes para que façamos uma reunião, a fim de marcarmos a primeira marcha dos agentes rumo ao Distrito Federal, porque, simplesmente vir aqui aos gabinetes e pedir aos Deputados não está dando resultado. Nós precisamos fazer uma marcha dos agentes de todo o País, para virem ao Distrito Federal, ocuparem aquele gramado ali na frente e dizerem em um grito só: Polícia Penal já! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Quero também ressaltar a presença do Deputado Eli Borges, de Tocantins, que está aqui conosco prestigiando esta Comissão Geral.

Concedo a palavra à próxima oradora, a Sra. Juliana Gonçalves Melo, Professora de Antropologia da Universidade de Brasília — UnB e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN.

V.Sa. dispõe de até 3 minutos.

A SRA. JULIANA GONÇALVES MELO - Bom dia a todos. Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui.

Algumas coisas já foram faladas, mas acho que é importante frisarmos que temos, no Brasil, cada vez mais um maior aprisionamento. Em nenhum lugar do planeta, as taxas de encarceramento crescem tanto quanto no Brasil. As taxas de encarceramento feminino, nos últimos 15 anos, cresceram quase 657%, e não estamos vendo a diminuição da violência urbana. Ao contrário, o que vemos é o fortalecimento do crime organizado e a constituição o tempo todo de massacres, como o que aconteceu no Rio Grande do Norte e o que está acontecendo agora em Manaus.

O sistema prisional é marcado por uma série de violações. Temos um excesso de presos provisórios e pouca investigação, porque a maior parte dos criminosos que estão nas cadeias cometeu pequenos delitos ou delitos vinculados ao tráfico de

drogas, sendo que 62% da população feminina presa foi presa por portar drogas em pequenas quantidades. Então, temos que pensar quais são as consequências sociais disso.

O estado de miséria, de falência e a falta de dignidade humana que existem dentro dos presídios só fortalecem as organizações criminosas, como está acontecendo. Eu acho que a sociedade brasileira como um todo precisa dar importância a essa questão, pois há uma relação de continuidade entre a rua e os presídios.

O que está acontecendo agora em Manaus e o que aconteceu no Rio Grande do Norte é uma disputa entre as organizações criminosas por controle não só dos espaços prisionais, mas também do espaço nas ruas. Cada vez mais são essas organizações que agregam um número maior de negros, de pobres, de mulheres periféricas, de mães que são presas e deixam seus filhos sozinhos.

Temos que pensar nessa questão da prisão. Prendemos muito no Brasil, mas prendemos com pouca qualidade, porque damos mais valor a crimes vinculados à questão de drogas e de patrimônios do que à vida. Então, é preciso fortalecer a investigação de crimes de potencial ofensivo grave, rever nossa pauta de política antidrogas e garantir que exista dignidade e direitos humanos nos presídios, tanto para as famílias quanto para os presos e os servidores. Acho que é muito importante refletir sobre isso. E a sociedade precisa rever esse conceito de que bandido bom não é bandido morto, bandido bom é bandido que volta ressocializado. No entanto, sendo torturado, massacrado, chamado de "verme" e tendo sua família humilhada, a única coisa que vai crescer dentro dele é o ódio e a vinculação aos crimes organizados.

Eu gostaria de deixar essa questão e dizer que a questão da revisão das drogas é extremamente importante. Temos aí uma mudança que vai aumentar ainda mais o número de pessoas pobres presas. Só para concluir, a maior parte das mulheres que são presas por drogas, 62%, são presas como mulas, por levarem pequeníssimas quantidades de drogas.

É isso que queremos? Qual é a consequência social disso? Com quem ficam os filhos dessas mulheres? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Obrigado.

Eu quero também salientar a presença do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Sejam bem-vindos a esta Casa. (*Palmas.*)

Quero fazer uma saudação especial ao Secretário de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, que aqui está, e parabenizar o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e de todo o Brasil, que ajudaram Brumadinho e agora estão se preparando para a catástrofe que pode acontecer em Barão de Cocais. Estive sobrevoando aquela região na segunda-feira — é um absurdo!

Parabéns aos senhores aqui presentes!

Eu quero salientar aqui que o Deputado Hélio Costa, de Santa Catarina, está pedindo que falemos um pouco mais sobre a PEC 372/17. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Então, S.Exa. está ao meu lado e pede a vocês que se lembrem da PEC 372. Não é que vocês não possam fazer, democraticamente, os discursos que quiserem, por favor, o espaço é totalmente democrático.

Tem a palavra o Sr. Gabriel Sampaio, membro da Associação Brasileira dos Juristas pela Democracia, ex-Secretário de Assuntos Legislativos no Ministério da Justiça, que falará pela Minoria.

V.Sa. tem até 3 minutos.

O SR. GABRIEL DE CARVALHO SAMPAIO - Muito bom dia a todos e a todas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria, primeiro, de dialogar com os trabalhadores que aqui se mobilizam em torno da pauta do sistema penitenciário. Muito foi dito aqui pelas senhoras e pelos senhores que vivem todos os problemas do sistema penitenciário e, há muitos anos, se mobilizam em torno de uma pauta. O País precisa discutir a pauta do sistema penitenciário com outro olhar, avaliando os problemas dos presos e os problemas dos trabalhadores. Esses problemas estão em grau insustentável.

No País, a cada dia, há o aumento da população penitenciária, um problema grave em relação a cada uma das penitenciárias, o aumento do déficit de vagas e uma ausência completa de política criminal e penitenciária que atenda a esses problemas.

É fundamental que cada um de nós que estamos interpondo essa discussão avaliemos os principais nós desse problema.

O encarceramento em massa é um problema que afeta a sociedade, que afeta os trabalhadores. É impossível lidar com um déficit de mais 358 mil vagas. É preciso valorizar as carreiras e discutir o espaço penitenciário. É preciso discutir o espaço penitenciário com uma nova política criminal que discuta os crimes, que discuta a política de drogas e que crie condições para que não haja privatização.

A privatização do sistema penitenciário é o jeito errado de lidar com um problema muito mais complexo. (*Palmas.*)

A carreira precisa de um marco legislativo, sim, e esse marco legislativo precisa ser pauta não só do Congresso Nacional, mas também do Poder Executivo, que precisa apresentar para a sociedade uma solução que não seja a de colocar mais presos na cadeia e menos qualidade no serviço penitenciário.

O serviço penitenciário precisa de um marco legislativo que passe por uma constitucionalização e também pela discussão das condições de cada um dos presídios brasileiros. Nós vivemos um estado inconstitucional já identificado pelo Supremo Tribunal Federal há mais de 2 anos. E vocês já sentem na pele há muito mais tempo do que isso. A cada dia o tema piora. Esse marco deve considerar que cada um dos trabalhadores é oprimido por um sistema penitenciário inadequado e por uma política criminal que encarcera em massa a nossa população negra e pobre da periferia.

Deixo uma saudação a todos que lutam. Essa luta vai ter, com certeza, o seu desfecho quando a população discutir de forma ampla o problema penitenciário, desde a legislação que os oprime até a omissão de cada um dos que estão nos espaços de poder do nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Quero registrar a presença dos Deputados André Ferreira, do PSC de Pernambuco; José Nunes, do PSD da Bahia; e Zé Neto, do PT da Bahia, que também são parceiros da Polícia Penal.

O próximo orador inscrito é Marcelo Celestino de Santana, Promotor de Justiça do Estado de Goiás, que falará pelo Solidariedade. Ele está presente? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Sr. Wellington de Urzêda Mota, Diretor-Geral de Administração Penitenciária do Estado de Goiás, que falará também pelo Solidariedade. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Sr. Cesar Castro Lopes, agente penitenciário e diretor licenciado da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários — FENASPEN, que falará pela Liderança do PV.

O SR. CESAR CASTRO LOPES - Exmo. Deputado Federal Lincoln Portela, companheiros agentes e inspetores penitenciários de todo o Brasil, eu gostaria de falar um pouco sobre a crise do sistema penitenciário do nosso País. Vou fazer uma retrospectiva.

No Maranhão, em 2013 e 2014, houve uma rebelião em que morreram aproximadamente 76 pessoas. Em Roraima, em 2017, morreram 31 presos. No Amazonas, em 2017, morreram 55 presos; em 2019, morreram mais 55 presos.

Qual é o motivo dessas rebeliões? A culpa é da terceirização. Nesses Estados que eu citei, em todas as rebeliões que houve, em todas elas, não havia agente penitenciário concursado, qualificado, preparado para o cargo. A maioria deles era de seletivados, terceirizados ou privatizados.

Eu vou falar um pouco sobre o que aconteceu no Maranhão em 2012 e 2013, daquela crise. Todo o Brasil e o mundo souberam daquela rebelião. Naquela época, quem estava lá era uma firma terceirizada. O que aconteceu depois que morreram aqueles 76 presos nas rebeliões? Entrou outra gestão, que colocou como chefes de plantão, diretores de segurança, supervisores de unidade prisional e superintendentes apenas o pessoal de carreira, agentes e inspetores penitenciários, pessoal qualificado para trabalhar dentro das unidades prisionais.

O que aconteceu? Qual foi o resultado? O resultado nós estamos vendo aí, Deputado. O Maranhão deu uma parada nas rebeliões, deu uma parada nas fugas, nós não vemos mais cabeças decepadas. Por quê? Porque quem está lá é um pessoal preparado, concursado, qualificado. É disto que o Maranhão e o Brasil estão precisando: de qualificação dos servidores do sistema penitenciário. *(Palmas.)*

O Maranhão está dando exemplo para o Brasil e para o mundo de como se administra o sistema penitenciário: com pessoas que fazem um pequeno ou um grande concurso público e estão lá, no seu dia a dia, batalhando para que nunca mais haja uma rebelião nem morte de vários presos.

Precisamos, sim, Sr. Deputado, do apoio de V.Exa., do nosso Deputado Eduardo Braide, que é Líder do PMN, do Deputado Pedro Lucas Fernandes, que é Líder do PTB. S.Exa. está dando apoio à nossa PEC 372.

Precisamos, Sr. Presidente, da aprovação dessa PEC 372, que cria a Polícia Penal.

Companheiros, Polícia Penal já! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Muito bem.

Eu quero registrar aqui a presença das Guardas Municipais de todo o Brasil, que estão lutando também pela Polícia Municipal. *(Palmas.)*

O Vereador Pedro Bueno, de Belo Horizonte, está aqui. Se os senhores puderem se sentar ao menos um pouco, estamos terminando.

Depois desta sessão, todos estão convidados para ir ao Auditório Nereu Ramos participar do trabalho que as Guardas Municipais estão fazendo lá, com a XIV Marcha Azul. O Naval está ali. Os senhores também são muito bem-vindos. Estamos quase encerrando aqui.

O próximo orador inscrito é o Sr. Edvandir Felix de Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal — ADPF.

Enquanto S.Sa. se dirige à tribuna, quero comunicar que o Deputado João Campos está em cirurgia em São Paulo. Por isso, S.Exa. não pôde estar presente. A Deputada Lídice da Mata está presente aqui.

Informo aos Parlamentares que, regimentalmente, apenas os Parlamentares inscritos poderão usar da palavra. No Regimento, em Comissão Geral, infelizmente não podemos dar 1 minuto para os Parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Edvandir Felix de Paiva.

O SR. EDVANDIR FELIX DE PAIVA - Bom dia a todos.

Eu queria agradecer ao Presidente da Mesa, Deputado Lincoln Portela. Agradeço também ao Deputado Delegado Waldir a inscrição para que a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal pudesse estar aqui presente e falar sobre um assunto que é pilar de uma segurança pública mais efetiva no Brasil e de uma crença na Justiça Criminal mais forte.

O sistema penitenciário, se não for olhado com cuidado, vai transformar o Brasil em países como México, como Colômbia, nos seus piores momentos. É necessário olhar para dentro das penitenciárias. E como se faz isso? Primeiro, valorizando o profissional que trabalha lá dentro. Eu tenho muita tranquilidade em falar sobre esse assunto, porque eu fui agente penitenciário aqui no Distrito Federal durante 5 anos. Trabalhei no sistema penitenciário da Papuda. Enfrentei na pele as dificuldades de trabalhar dentro de uma cadeia. Só quem trabalha lá sabe o que ocorre lá dentro.

É necessário, para implementar um sistema prisional mais justo no País, fazer investimento. É necessário fazer investimento, sim, em construção de presídios. Sim, se há presos, é necessário haver vagas para esses presos. O desencarceramento já está sendo feito pelas audiências de custódia no Brasil inteiro. Se o cidadão cometeu um crime grave, ele tem que ser preso e não anistiado. E, dentro das cadeias, é necessário haver um profissional qualificado, que tenha sido bem selecionado, que tenha condições de prover o sustento com dignidade da sua família, que tenha condições de salubridade dentro dos presídios. Sem isso é impossível.

Quanto à Polícia Penal, eu falo com muita tranquilidade, porque, quando fui agente penitenciário, era dos quadros da Polícia Civil do Distrito Federal. Lá o preso respeitava a camisa preta. Ele sabia que, se mexesse com um de nós, estava mexendo com uma corporação inteira. Por isso, é importante, sim, que a Polícia Penal seja criada no País, para que todos os profissionais dentro dos presídios possam trabalhar com mais tranquilidade, com mais dignidade e mais protegidos por uma corporação organizada e representada em todos os campos da sociedade. *(Palmas.)*

Por último, senhores, quero dizer que, durante o tempo em que estive no sistema prisional, era muito difícil ver cidadãos fortes, bem nutridos, entupindo celas, sem trabalhar. Preso tem que trabalhar.

Um dia, eu perguntei para um preso que eu achava que tinha um bom comportamento se ele tinha interesse em trabalhar. Ele respondeu que, se ele quisesse trabalhar, não estaria preso.

Então, nós precisamos mudar muita coisa no sistema penitenciário brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Quero destacar a presença do Deputado José Rocha, da Bahia, Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

O próximo orador inscrito, praticamente finalizando a lista dos oradores — temos mais dois ainda — é o Sr. Alexandre Azevedo de Jesus, Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, que falará pelo PSD. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. ALEXANDRE AZEVEDO DE JESUS - Bom dia a todos. É um prazer aqui estar. Sou o Secretário de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro. Quero saudar os agentes penitenciários que aqui estão.

Eu acho que há coisas importantes e coisas urgentes.

Eu aprendi a trabalhar, na Cadeia Pública Jorge Santana, no Presídio Ary Franco, com servidores penitenciários. Não tenho dúvida nenhuma, do alto dos meus 30 anos de serviço na segurança pública, de que a categoria está, sim, madura,

para que seja instituída a Polícia Penal. (*Palmas.*) Quem perde com a demora são meus filhos, é a sociedade, todos que querem um mundo melhor, uma sociedade livre.

Queria aqui registrar que a PEC 372/17 não é só oportuna, é urgente. Cito um dos exemplos marcantes do dia a dia. Não se faz uma operação de remoção, transferência, realocação de 3 mil internos, iniciando-se às 6 horas da manhã e terminando às 4 da tarde, sem um corpo profissional muito bem qualificado. A fim de atender à determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, meus profissionais o fizeram.

Já falo aqui para os senhores que, com prazer, fomos ajudar os amigos do Amazonas. Mandeí um time tático para lá. Já conversei com o Governador do Rio de Janeiro e, no segundo semestre, será disponibilizado um curso de operações especiais, de intervenção tática, para todos os Estados interessados da Federação, bem como um curso de inteligência penitenciária. A segurança pública precisa conhecer o que só o servidor penitenciário, só quem está no dia a dia da cadeia conhece.

Outro tema que eu acho muito importante para a Casa. As ordens mormente vão por via tecnológica. Então, o PL 3.019/15, que institui o bloqueio do sinal de celular e de dados, feito pelas operadoras, sem custo para o Estado, é urgente. A comunicação entre o elemento do mal, o traficante, seja ele quem for, tem que ser interrompida imediatamente. Esta é uma necessidade social.

Outro item muito importante. Sinto falta na discussão das outras políticas públicas. Temos que metrificar e cobrar a presença, sim, da educação, da saúde, da assistência, do esporte, porque o que nos cabe é a custódia legal de presos. Então, toda discussão sobre sistema penitenciário em que esses outros atores não sejam chamados ao feito vai ser parcial. Agradeço a oportunidade e desejo muita sorte para vocês e para a sociedade com o transcurso e a aprovação da PEC 372/17.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - O próximo orador inscrito é o Juiz Federal Fernando Mendes, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil — AJUFE, que sempre se mostra presente nesses eventos de extrema importância. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. FERNANDO MARCELO MENDES - Bom dia a todos. Cumprimento os Deputados presentes na pessoa do Deputado Lincoln Portela e agradeço o convite feito à AJUFE para estar presente nesta reunião.

Sabemos que o sistema penitenciário brasileiro, no modelo atual, está falido e que uma política pública séria e responsável de repensar o modelo é necessária, e a AJUFE apoia essa discussão.

Particularmente em relação ao sistema penitenciário federal, que é o mais afeto à atuação dos juizes federais, nós apresentamos recentemente uma nota técnica trazendo contribuições para o projeto anticrime que foi apresentado pelo Ministro Moro exatamente no sentido de fortalecer e aperfeiçoar esse modelo, que é um modelo destinado à criminalidade organizada, aos líderes de organizações criminosas, e nós precisamos tratar isso exatamente para evitar a proliferação desses crimes.

Ao mesmo tempo, sabemos que o sistema estadual precisa ser repensado. A privatização, como foi dito aqui, não é a panaceia. É necessária uma política pública séria que capacite os seus operadores, os agentes penitenciários, que dê condição de segurança e condição de trabalho, ou seja, a valorização desses profissionais, porque também sem um sistema penitenciário nós não temos um modelo de Justiça penal efetiva.

Então, temos que repensar isso. A agenda é importante, e a AJUFE está disposta a contribuir. Vou deixar aqui nas mãos do Deputado Lincoln Portela as nossas observações, e nos colocamos sempre à disposição para contribuir para a construção de um sistema penal justo, efetivo e que passa também pelo sistema carcerário nacional.

Muito obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Muito obrigado. Quero dizer que os agentes socioeducativos de Minas Gerais também estão olhando com carinho todo esse trabalho que está sendo feito. Peço ao nosso Secretário que aqui está que cuide não apenas dos agentes socioeducativos de Minas Gerais, mas também os de todo o Brasil, porque essa discussão é nacional.

Parabéns aos socioeducativos aqui presentes!

A SGM — Secretaria-Geral da Mesa já pediu para encerrarmos esta Comissão Geral, mas ainda há a fala do Sr. Paulo Rogério, Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal. Depois o Deputado Subtenente Gonzaga falará por 1 minuto. (*Palmas.*)

O SR. PAULO ROGÉRIO DA SILVA - Eu queria agradecer a oportunidade, parabenizar a Mesa e parabenizar o irmão Fernando Anunciação pela luta que tem travado nos corredores do Congresso em defesa da PEC 372/17.

Srs. Deputados, quero parabenizar a Nação, o Estado brasileiro, pelo crime organizado estar tão organizado e o sistema penitenciário tão desorganizado a nível nacional.

Olhem o que está acontecendo no Amazonas agora! É reflexo disso. Foram 55 presos mortos, alguns decapitados. Há corpos dentro de um caminhão frigorífico, porque a cidade só tem 22 vagas no IML. Esse é o reflexo da terceirização. Cadê os empresários que lucram tanto com a terceirização? Por que não estão lá ajudando os agentes penitenciários? Nós sabemos, exatamente, quem lucra com a terceirização e o que está por trás dela.

Agora, o que não dá para entender é esta Casa, Sr. Deputado — e aqui eu parabenizo todos os que levantam a bandeira da Polícia Penal dentro desta Casa. Desde 2004 nós estamos aqui lutando, implorando, pedindo para que esta Casa aprove, constitucionalize a carreira do agente penitenciário, porque policiais nós já somos de fato, mas não de direito, e é inadmissível nós ouvirmos, hoje, em pleno ano de 2019, pessoas dizerem que precisam saber qual é o impacto da criação da Polícia Penal. Nós estamos desde 2004 falando disso. Não há impacto algum. Quantos e quantos Grandolfos terão que morrer nessa caminhada, vindo de São Paulo para cá, para que o Congresso Nacional, para que a Câmara enxergue o anseio dos agentes penitenciários e reconheça e constitucionalize essa carreira? Somos nós que seguramos a escória da sociedade.

Defendo e respeito cada um que veio aqui com um discurso humanitário. Não há ninguém que queira mais do que o agente penitenciário que o preso saia de dentro do sistema penitenciário ressocializado. Agora, quem não tem capacidade de mostrar à Nação que tem capacidade de ressocializar o preso é o Estado.

Parabenizo o Fernando Anunciação mais uma vez e o Deputado Lincoln Portela pela luta, pela causa e por terem abraçado esta categoria e os pleitos desta Nação.

Nós estamos aqui, desde 2004, mostrando ao Brasil que não há como combater PCC e Comando Vermelho se nós não fecharmos o ciclo da segurança pública, e ele só se fechará com a criação da Polícia Penal, com a aprovação da PEC 372/2017.

Um abraço e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Obrigado.

Eu não posso deixar de ressaltar, mais uma vez, a presença do Deputado Capitão Wagner, que permaneceu conosco o tempo todo aqui e que também faz parte de uma Frente maravilhosa, junto com o Deputado Capitão Alberto Neto, bem ampla, que está cuidando do sistema e do combate ao crime organizado.

Muito obrigado.

Uma salva de palmas para ele, e também ao Deputado Capitão Alberto Neto, que é parceiro. (*Palmas.*)

Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga, por 2 minutos, para concluirmos, porque a Secretaria-Geral da Mesa já pediu.

Quero fazer, antes disso, um agradecimento todo especial ao Presidente Rodrigo Maia, que conseguiu abrir espaço para que nós pudéssemos realizar esta sessão aqui, passando do tempo, inclusive.

Por favor, Deputado Subtenente Gonzaga, V.Exa. tem a palavra, pelo PDT.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, cumprimento o Deputado Lincoln Portela pela iniciativa; todos os convidados, em especial o General Mario, Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais; e, de forma bem carinhosa e fraterna, os agentes prisionais aqui presentes.

Dois minutos é um tempo curto e impossível para discutir o sistema prisional, mas é o suficiente para que eu possa afirmar, em nome do PDT, que eu represento neste momento também, o nosso compromisso com a aprovação da Polícia Penal, da PEC 372/2017, que já está aqui no plenário, apensada à PEC 308/2004. (*Palmas.*)

Eu, que sou defensor da polícia de ciclo completo, defendo com intransigência inclusive o poder de investigação para a Polícia Penal. Nós trabalhamos muito em Minas Gerais para que a Polícia Civil e a Polícia Militar saíssem dos presídios para que tivéssemos um órgão com eficiência e com treinamento próprio.

Portanto, precisamos dar autoridade de poder de polícia e capacidade de investigação para esses agentes.

Mas é preciso também reforçar aqui o nosso compromisso com a valorização de uma questão que está colocada no plenário desta Casa: a reforma da Previdência. Nós não podemos, em hipótese alguma, avançar nessa reforma sem reconhecer a necessidade de os agentes prisionais estarem inseridos na categoria de policiais na reforma da Previdência para o direito à aposentadoria especial. (*Palmas.*)

Isso nós não podemos permitir.

Nesses 2 minutos queremos reafirmar aqui esse compromisso.

Quero, por último, fazer um apelo a todos os presentes e, em especial, aos gestores que estão aqui presentes para que deem uma olhada no Projeto de Lei nº 7.223 — ele estava na pauta da semana passada e vai voltar, porque temos esse compromisso do Presidente Rodrigo Maia —, no qual estamos trabalhando para dar atenção especial ao cumprimento de pena em regime fechado. Peço apenas para que os gestores analisem esse projeto que considero extremamente importante para darmos eficácia e eficiência ao cumprimento da pena em regime fechado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Quero dizer que quando começamos esta Comissão Geral foi lido todo o programa e explicado como seria feita a reunião, e eu tive que seguir estritamente o Regimento da Casa, já agradecendo ao Presidente Rodrigo Maia, que abriu este espaço.

Como o Pastor Sargento Isidório estava inscrito, darei de 1 minuto a 2 minutos para S.Exa. e depois encerraremos a reunião, senão terei que acertar minhas contas com o Presidente Rodrigo Maia.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA) - Sr. Presidente, valorosos policiais penais, homens e mulheres, o Salmo 133 diz: "*Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união*".

Assim sendo, os policiais federais, civis, militares e as guardas municipais sabem que esses companheiros são praticamente prisioneiros o tempo todo dentro do presídio, enquanto os outros que já são policiais passam 1 dia ou 2 para efetuar uma prisão. Eles, desrespeitados pelo Estado, vivem o tempo todo lá garantindo direitos, garantindo o bom trato e sendo maltratados e desrespeitados pelo Estado.

Chegamos aqui hoje e ouvimos dizer que a PEC 372 não está madura, sendo que ela está aqui há muito tempo. Se essa PEC que beneficia e faz justiça a esses policiais que se deslocam da Nação toda para esta Casa não estiver madura, então os Governos e os Parlamentos estão apodrecidos, porque desde 2004 eles brigam pelos seus direitos. (*Palmas.*)

A Bahia me conhece pelos três mandatos de Deputado Estadual em que estive lutando por isso. Agentes penitenciários por direito vivem e sofrem como policiais, morrem como policiais, com suas famílias ameaçadas. Não gosto de dizer que traficante bom é traficante morto, que bandido bom é o morto, até porque costumo dizer que, para matar traficante e bandido, a gente tem que começar então por cima, inclusive pelos que estão na política e estiveram o tempo todo. É preciso ressocialização, é preciso respeito, mas é sobretudo necessário que o Estado, o político que não conhece o sistema prisional respeite os valorosos profissionais policiais penais.

Então, a todos vocês, o nosso respeito e as nossas continências. (*Palmas.*)

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Lamentavelmente, tendo sido alcançada a finalidade desta Comissão Geral, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado a todos vocês.

(*Encerra-se a sessão às 12 horas e 08 minutos.*)